São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50

Sexta-feira, 24 de maio de 2024

Edição N º 1034

datamercantil.com.br

STF proíbe que mulheres vítimas de violência sexual sejam desqualificadas em julgamentos

O STF definiu por unanimidade, na quinta-feira (23), que é proibido desqualificar mulheres vítimas de violência sexual durante julgamentos.

Desta forma, partes envolvidas no caso e integrantes do Ministério Público não poderão trazer elementos sobre a experiência sexual pregressa da vítima ou de seu modo de vida durante as audiências.

Os ministros consideraram que questionar o histórico da vida sexual da vítima nestas ocasiões fere a Constituição e, caso isto ocorra, o julgamento poderá ser anulado. A posição valerá para todos os casos sobre o tema.

O colegiado também definiu que os juízes responsáveis pelo julgamento desses crimes têm o dever de impedir tal prática durante a investigação, sob pena de responsabilização administrativa e penal. Além disso, não podem considerar a vida sexual da vítima no momento em que fixar a pena do réu.

A ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, afirmou que apesar dos avanços na legislação para garantir a proteção das mulheres, essas condutas continuam sendo reproduzidas na sociedade.

A relatora disse que, além de perpetuar a discriminação e a violência de gênero contra vítimas de agressões sexuais, essas práticas foram construídas em um discurso que distingue mulheres entre as que "merecem e não merecem ser estupradas".

"Estas práticas se firmaram como forma de relativizar práticas de violência e tolerância na sociedade aos estupros praticados contra mulheres, com comportamentos que fugissem ou destoassem do que era desejado pelo agressor", afirmou.

Já o ministro Alexandre de Moraes afirmou disse ser "lamentável que, terminando o primeiro quarto do século 21, nós ainda tenhamos esse machismo estrutural, inclusive em audiência perante o Poder Judiciário".

"Não há possibilidade de tratar isso com meias medidas. É importante que o STF demonstre que não vai tolerar mais isso", declarou.

O presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, disse que o Supremo tem dado a contribuição possível "para enfrentar uma sociedade de patriarcal e de machismo estrutural, que se manifesta na linguagem, nas atitudes e nas diferenças no mercado de trabalho".

Folhapress

Economia

Com oito dias para acabar o prazo, mais de 30 milhões já entregaram Imposto de Renda

Página - 03

Estados pedem ao governo Lula criação de fundo de investimento na renegociação de dívida

Página - 03

Atual estimativa traz produção de café em 58,81 milhões de sacas na safra 2024, aponta Conab

Página - 05

Uva Niagara Rosada sem sementes e diferentes mutações são encontradas em Jundiaí

Página - 05

Política

Lula avalia vetar taxação federal de compras internacionais até US$ 50

Página - 04

Tarcísio lança plano para reduzir despesas, extinguir órgãos e revisar benefícios fiscais

Página - 04

No Mundo

Tribunal da ONU rejeita pedido do México de medidas provisórias contra o Equador

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) rejeitou na quinta-feira (23) o pedido do México para aplicação de medidas provisórias contra o Equador pela invasão de sua embaixada em Quito.

"Por unanimidade, o Tribunal considera que as circunstâncias, tal como agora apresentadas ao Tribunal, não são tais que exijam estas medidas", avaliaram.

A ação na CIJ começou após a entrada da polícia equatoriana na embaixada do México para prender o ex-vice-presidente do Equador Jorge Glas, no dia 5 de abril.

Falta agora saber a decisão final do processo judicial, cuja data de divulgação ainda não foi informada.

O governo equatoriano saudou a decisão da CIJ, de acordo com um comunicado.

"A decisão unânime da Corte Internacional de Justiça de rejeitar o pedido do México confirma a natureza desnecessária do pedido", afirma o texto.

"O pedido do México foi feito sem levar em conta as repetidas garantias do Equador de que forneceria total proteção e segurança às instalações, propriedades e arquivos da Embaixada do México, e que permitiria ao México remover todos esses bens das instalações e residências privadas dos seus agentes diplomáticos", adicionou.

"O Equador mantém sua posição", conclui a nota.

A CNN está tentando entrar em contato com as autoridades mexicanas para saber a reação delas à decisão da CIJ.

Quais foram as medidas provisórias solicitadas pelo México?

As medidas provisórias que o governo mexicano solicitou são que o Equador tome medidas "apropriadas e imediatas" para fornecer proteção e segurança ao seu edifício diplomático, bem como aos arquivos no seu interior.

O Estado mexicano também exigiu que fosse permitido desocupar as instalações diplomáticas e as residências privadas dos agentes diplomáticos.

CNN

China e Brasil querem reunir Rússia e Ucrânia em conferência de paz

O assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, se reuniu na quinta-feira (23) em Pequim com Wang Yi, membro da cúpula do Partido Comunista e chanceler da China, em busca de "uma solução política para a crise na Ucrânia e desescalada da situação", segundo nota do governo brasileiro.

Entre os entendimentos comuns citados por China e Brasil está o de que ambos "apoiam uma conferência internacional de paz, que seja reconhecida tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia, com participação igualitária de todas as partes relevantes, além de uma discussão justa de todos os planos de paz".

Segundo a assessoria de Amorim, Brasil e China agora "devem engajar países amigos para construir" o encontro.

Outros "entendimentos comuns" reproduzem, em grande parte, o que a diplomacia chinesa vem defendendo em reuniões de seu enviado especial para negociações voltadas à Guerra da Ucrânia. Por exemplo, a rejeição ao uso de armas de destruição em massa e aos ataques a usinas nucleares.

Saindo do tema da guerra, China e Brasil defendem evitar, de maneira geral, segundo o documento divulgado, "a divisão do mundo em grupos políticos ou econômicos isolados". É parte dos esforços chineses e também brasileiros para que não se firme uma nova Guerra Fria, com um bloco ocidental em torno dos Estados Unidos.

Os dois países, de acordo com o comunicado, pedem mobilização para "reforçar a cooperação internacional" em setores como energia, comércio e segurança alimentar. Também a "segurança de infraestrutura crítica, incluindo oleodutos e cabos óticos submarinos, a fim de proteger a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos globais".

Nelson Sá/Folhapress

Alemanha diz que vai cumprir eventual ordem de prisão de TPI contra Netanyahu

O porta-voz do primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, afirmou que o país vai prender Binyamin Netanyahu caso o premiê israelense viaje para o país europeu sob uma ordem de prisão do TPI (Tribunal Penal Internacional).

"Nós cumprimos a lei", afirmou o porta-voz do governo, Steffen Hebestreit, ao responder, em uma entrevista coletiva da quarta-feira (22), se o Judiciário alemão vai acatar o que for decidido pela corte.

A declaração foi dada um dia depois de o embaixador de Israel em Berlim, Ron Prosor, fazer um apelo às autoridades alemães por um posicionamento a respeito do TPI. Na véspera, o procurador do tribunal, Karim Khan, apresentou um pedido de mandado de prisão para Bibi, como o premiê israelense é chamado, e três líderes do Hamas.

O pedido desagradou aos dois lados tanto o grupo terrorista, que matou cerca de 1.200 pessoas, segundo Tel Aviv, ao invadir o sul de Israel em outubro, quanto Netanyahu, cuja operação em Gaza tirou a vida de mais de 35 mil palestinos, de acordo com a facção.

"Isso é ultrajante! O 'Staatsräson' alemão está agora a ser posto à prova sem 'se' ou 'mas'", afirmou Prosor na rede social X. "O procurador-geral equipara um governo democrático ao Hamas, demonizando e deslegitimando assim Israel e o povo judeu. Ele perdeu completamente a sua bússola moral. A Alemanha tem a responsabilidade de reajustar esta bússola."

O compromisso com a segurança de Israel é normalmente colocado como parte fundamental do "Staatsräson alemão", ou seja, a razão de ser do Estado europeu. O termo foi usado pela ex-primeira-ministra alemã Angela Merkel ao discursar no Knesset, o Parlamento de Israel, em 2008.

Scholz tem revisitado esse conceito após os ataques do Hamas. Dias após o atentado, por exemplo, o político afirmou que só havia um lugar para a Alemanha naquele momento ao lado de Tel Aviv.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Com oito dias para acabar o prazo, mais de 30 milhões já entregaram Imposto de Renda

Mais de 30 milhões de contribuintes já entregaram a sua declaração do Imposto de Renda a oito dias do término do prazo de envio.

A marca foi atingida na tarde da quinta-feira (23), horas após ser liberada a consulta ao primeiro lote de restituição.

Segundo a Receita, 30.167.970 pessoas enviaram os seus dados ao fisco até as 15h de quinta-feira. A expectativa da Receita é que mais de 13 milhões ainda precisam mandar a sua declaração até a próxima sexta. Apenas no Rio Grande do Sul o prazo para declarar o imposto foi estendido e ficou para 31 de agosto.A declaração pré-preenchida foi usada por 40,2% (cerca de 12,1 milhões), estabelecendo um novo recorde. Até então, a maior marca era do ano passado, com 9.851.035 utilizando o recurso.

A Receita pagará restituição a 66,8% dos contribuintes. Outros 18,3% terão imposto a pagar, enquanto 14,9% não receberão e não pagarão. O programa no computador foi a forma mais usada por quem declarou, com 81,4%. A declaração no portal e-CAC foi feita por 10,8% e 7,8% recorreram ao aplicativo pelo celular ou tablet.

São Paulo continua sendo o estado com mais documentos enviados, com 9.592.456, seguido por Minas Gerais (2.934.398), Rio de Janeiro (2.690.727), Paraná (1.992.023) e Rio Grande do Sul (1.815.012).

Aliás, os gaúchos foram incluídos na lista de prioridade deste ano, em decorrência das enchentes que atingiram o estado, e quase 900 mil foram incluídos no primeiro lote e receberão o pagamento no dia 31.

O último dia de maio será também o prazo final para envio da declaração, exceto para os moradores das cidades em situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul, que tiveram uma prorrogação até 31 de agosto.

Quem é obrigado a declarar e atrasar terá de pagar uma multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Fernando Narazaki/Folhapress

BNDES avança em proposta e deve liberar R$ 5 bi em crédito a empresas do Sul

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve oficializar, na próxima semana, a liberação de R$ 5 bilhões em linhas de crédito para as empresas afetadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a operação tem como aporte R$ 500 milhões do Tesouro Nacional, por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito com garantia do Fundo Garantidor (FGI PEAC), cuja portaria deve ser publicada pelo governo nos próximos dias.

"Nós vamos liberar 5 bilhões de reais de crédito para o Rio Grande do Sul aos nossos parceiros dos bancos que operam na região, desde os bancos públicos aos bancos privados, são mais cinco bilhões de reais", afirmou Mercadante.

O FGI PEAC foi criado pelo governo em 2020 com a finalidade de ajudar micro, pequenas e médias empresas a acessarem crédito durante a pandemia. Gerido pelo BNDES, o fundo opera como uma garantia de empréstimos e pode ser acessado pelos bancos comerciais em caso de inadimplência.

Além do aporte, o BNDES já suspendeu, por 12 meses, o pagamento de juros e dívidas de empresas e produtores rurais do Rio Grande do Sul. A operação, também conhecida por standstill, beneficiará aqueles que estão em municípios do Rio Grande do Sul em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, em decorrência de chuvas intensas, inundações, enxurradas ou alagamentos.

"Nós vamos fazer uma jornada de discussão, trazendo as melhores experiências internacionais para reconstrução, adaptação e mitigação", declarou o presidente do BNDES.Presidente do BNDES diz que governo pode ampliar proteção do setor siderúrgico.

Mercadante também afirmou nesta quinta-feira (23/05), que o governo pode ampliar as medidas para proteger o setor siderúrgico brasileiro. Segundo o presidente do BNDES, há claramente uma política de "dumping" no cenário comercial global.

CNN

Estados pedem ao governo Lula criação de fundo de investimento na renegociação de dívida

Os estados divulgaram carta aberta em defesa da inclusão de um fundo de investimentos na proposta em negociação com o Ministério da Fazenda para auxílio da União aos governos estaduais.

A carta foi divulgada na quinta-feira (23) pelo Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais dos Estados).

A criação do fundo é uma forma de beneficiar estados que não têm dívida com a União e que cobram uma renegociação isonômica em relação aos superendividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O Rio Grande do Sul também está no grupo das maiores dívidas, mas, em função da tragédia provocada pelas enchentes, já recebeu tratamento diferenciado para a reconstrução do estado.

Os estados querem que esse fundo de equalização de investimentos tenha como fonte de financiamento ("funding") parte do benefício obtido a partir da redução das dívidas dos estados endividados com a substituição do indexador de correção.

A mudança do indexador é um dos itens em negociação com o Tesouro Nacional. Na prática, a proposta envolveria aporte de recursos do governo federal para os estados, o que não é citado explicitamente na carta.

A criação do Fundo de Equalização de Investimentos, como foi batizado pelos secretários de Fazenda, é uma demanda também dos estados com dívidas. Entre eles, São Paulo, que que usar o alívio com a renegociação para ampliar espaço para novos investimentos, como já sinalizou o secretário de Fazenda do estado, Samuel Kinoshita, em entrevista à Folha de S.Paulo.

O governo de São Paulo tem uma dívida de R$ 279 bilhões com a União e paga R$ 19 bilhões por ano ao Tesouro Nacional de juros. Ao lado de outros estados do Sudeste e Sul, busca um alívio no custo das parcelas por meio de uma mudança na forma de correção da dívida.

Em reunião extraordinária do Comsefaz, realizada em São Paulo, os secretários de Fazenda aprovaram um conjunto de princípios para a construção da proposta.

Adriana Fernandes/Folhapress

Política

Lula avalia vetar taxação federal de compras internacionais até US$ 50

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (23), que pode vetar a taxação federal de remessas de até US$ 50, vindas do exterior. A cobrança do imposto de importação desses produtos foi incluída no projeto que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) que estava para ser votada nessa quarta-feira (22) pela Câmara dos Deputados. A votação, entretanto, foi adiada.

"A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar", disse o presidente, na manhã de hoje, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto. Segundo Lula, ele está disponível para discutir o tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

"Cada um tem uma visão a respeito do assunto. Quem é que compra essas coisas? São mulheres a maioria, jovens, e tem muita bugigangas. Eu nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei", acrescentou.Atualmente, por meio do programa Remessa Conforme, as compras do exterior abaixo de US$ 50 são isentas de impostos federais e taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide somente para remessas provenientes do exterior acima de US$ 50.

A lista das empresas que já aderiram ao Remessa Conforme, que inclui Amazon, Shein e Shoppe, pode ser conferida na página da Receita Federal na internet.

Ao incluir a taxação no projeto do Programa Mover, o relator do texto, deputado Átila Lira, manifestou "preocupação" com a indústria nacional e desequilíbrio na concorrência com os produtos fabricados no Brasil. A isenção também é questionada por entidades ligadas ao varejo.

O presidente Lula, entretanto, defendeu que haja um equilíbrio de tratamento na cobrança de impostos da população, argumentando que pessoas em viagem ao exterior também tem isenção de cobranças. "Você tem as pessoas que viajam que tem isenção de US$ 500 no Free Shop, que tem mais isenção de US$ 1 mil dólares, e que não paga [imposto], que são gente de classe média.

Andreia Verdélio/ABR

Haddad volta a defender taxação internacional de super ricos para enfrentar mudanças climáticas

No encerramento do Simpósio de Tributação Internacional do G20, na quinta-feira (23), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender a taxação internacional de super ricos como o terceiro pilar da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para enfrentar as mudanças climáticas no mundo.

O ministro pontuou que a crise climática não está dentro das fronteiras, tampouco é nacional, mas é um problema que precisa ser resolvido globalmente.

Ele também destacou que a concentração de riqueza é ainda mais discrepante entre países do que entre indivíduos das próprias nações. Segundo ele, as instituições, organismos multilaterais, bancos multilaterais e relações internacionais precisam ser repensados para achar uma solução de financiamento para o problema climático do mundo.

No âmbito do G20, o Brasil, a França, autoridades de Espanha, Alemanha e África do Sul discutiram um plano que exigiria que os multimilionários pagassem impostos no valor de pelo menos 2% da sua riqueza total todos os anos.

Contudo, a ideia tem enfrentado obstáculos nos Estados Unidos e outros países. A secretária do Tesouro norte-americano, Janet Yellen, disse se opor a uma proposta de imposto global sobre a riqueza dos bilionários.

Na ocasião, Haddad afirmou que a proposta do Brasil é para coordenar as instituições e que ganhou peso em "pouco tempo".

Mas o ministro também ponderou que, apesar de outros países "vacilarem" em aderir, a proposta ainda pode ser discutida, pois "há uma consciência de que algo precisa ser feito".

CNN

Tarcísio lança plano para reduzir despesas, extinguir órgãos e revisar benefícios fiscais

O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) lançou, na quinta-feira (23), um plano que visa ajustar as contas e a estrutura do governo de São Paulo, incluindo revisões de benefícios fiscais, extinções de órgãos e renegociação de dívidas com a União.

Decreto publicado no Diário Oficial do estado diz que o plano "São Paulo na Direção Certa" vai modernizar a administração pública estadual, expandir investimentos, reduzir despesas correntes e tornar o gasto público mais eficiente. O pacote foi antecipado pelo jornal O Estado de S, Paulo.

No documento, constam apenas as diretrizes do plano. As medidas concretas a serem tomadas serão apresentadas nos próximos meses. Questionado, o Executivo estadual não respondeu, até as 12h da quinta (23), quanto espera arrecadar com eventuais mudanças.

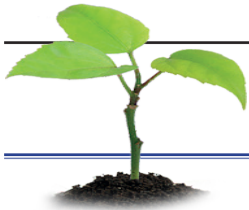
Na prática, o decreto publicado nesta quinta estabelece que um conselho gestor liderado pelo secretário da Casa Civil, Arthur Lima, ficará responsável por coordenar e monitorar os estudos técnicos sobre os temas.

Farão também parte desse conselho os chefes das secretarias da Fazenda e Planejamento, de Gestão e Governo Digital, de Desenvolvimento Econômico, além da Procuradoria-Geral do estado.

Entre as mudanças direcionadas pelo decreto está a reestruturação das agências reguladoras de São Paulo a Casa Civil deverá apresentar, em até 30 dias, um estudo que embasará um projeto de lei específico sobre o tema. A pasta também deverá, em até 60 dias, apresentar estudos sobre a extinção e a reestruturação de órgãos e entidades do estado.

Além disso, o plano prevê um prazo de 90 dias para que todos os órgãos da administração direta apresentem um plano para a redução de despesas correntes e a revisão de contratos.

O governo também quer garantir maior efetividade ao Plano de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e ampliar programas de transação tributária, quando o estado firma acordo com contribuintes para encerrar disputas judiciais sobre o pagamento de tributos.

Folhapress

Atual estimativa traz produção de café em 58,81 milhões de sacas na safra 2024, aponta Conab

Com colheita já iniciada, os produtores brasileiros de café deverão colher 58,81 milhões de sacas beneficiadas na atual temporada. O resultado, se confirmado, representa o terceiro ano seguido de crescimento no volume total a ser colhido. Se comparado com o ano passado, a alta chega a 6,8%, e em relação a 2022, ano de bienalidade positiva, porém de baixas produtividades devido a condições climáticas adversas, incremento de 15,5%. Os dados estão no 2º Levantamento da Safra 2024 de Café, publicado na quinta-feira (23) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Para o café arábica, principal espécie colhida no Brasil, a expectativa é de uma safra de 42,11 milhões de sacas. O resultado é reflexo de aumento tanto de área em produção como de produtividade. De acordo com o levantamento, nesta temporada verifica-se crescimento de 2,2% na área em produção e redução de 3,4% na área em formação. O desempenho das lavouras brasileiras está estimado em 27,7 sacas por hectare, aumento de 5,9% em relação à safra de 2023. Em Minas Gerais, maior estado produtor de arábica, a safra está estimada em 29,84 milhões de sacas.

A Conab também prevê uma alta na colheita do conilon de 3,3%, mesmo com uma leve redução na área. A elevação se justifica pelas melhores condições climáticas, principalmente no Espírito Santo, maior estado produtor da espécie, e pelo bom aporte tecnológico nas lavouras, o que reflete em melhores produtividades. Com isso, a expectativa é que sejam colhidas no Brasil 16,71 milhões de sacas beneficiadas, a segunda maior safra da série histórica da Conab para o conilon. Só o estado capixaba deverá ser responsável pela produção de cerca de 10,81 milhões de sacas.

Outro importante estado produtor de conilon é Rondônia. Estima-se, neste estado, uma safra 2,73 milhões de sacas em 2024, 10,2% abaixo do volume produzido em 2023. Essa redução se deve, sobretudo, ao cultivo menor da área devido à renovação das lavouras, visando maior adensamento das plantas.

Notícias Agrícolas

Enchentes no Rio Grande do Sul agravam situação do produtor de leite gaúcho

A reconstrução do setor leiteiro gaúcho após as enchentes que atingiram o Estado passa pela necessidade de medidas governamentais que ajudem o produtor, que já vinha de uma situação difícil, a se reerguer e permanecer na atividade. A Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando) enviou documento para as Secretarias da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), da Fazenda e do Desenvolvimento Rural com a solicitação de ações direcionadas ao setor. A entidade também repassou o texto aos presidentes de Sindicatos Rurais e para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), cujos representantes estão em Brasília (DF) em busca também de soluções para o setor.

De acordo com a Gadolando, os produtores de leite precisam de forma emergencial de recursos a juros muito baixos e com prazos estendidos. "É importante que se entenda que não basta dar comida hoje e amanhã aos animais, existe uma longa jornada pela frente para este setor que já vinha sofrendo", alerta o presidente da entidade, Marcos Tang. Segundo ele, nas regiões dos Vales e da Serra chegaram muitas doações de alimentos para as vacas vindas de produtores de diferentes estados, "mas vão acabar". "A produção própria levará meses e por isso serão necessários recursos para comprar o alimento que terá que vir de fora e encarecerá ainda mais devido ao frete", enfatiza o dirigente.

Marcos Tang também ressalta o custo elevado para a reconstrução das instalações destruídas pelas águas nas propriedades leiteiras. Informa que na parte dos equipamentos em geral, desde a ordenhadeira, tanques, bombas, trator, geradores e muitos outros utensílios fundamentais, alguns poderão ser consertados mas outros terão que ser comprados. O presidente da Gadolando também lembra da necessidade de ressemear os pastos.

Notícias Agrícolas

Uva Niagara Rosada sem sementes e diferentes mutações são encontradas em Jundiaí

Pela primeira vez em mais de 90 anos desde que uma mutação espontânea gerou a Uva Niagara Rosada de Jundiahy, um produtor de Jundiaí vai colher até nove mutações da espécie nos próximos dias, entre elas a primeira safra da Niagara sem semente.

"A Uva Niagara sem semente representa um marco na produção e na comercialização de uva em Jundiaí. Até porque a nossa uva oferece um aroma atraente muito característico que muitas uvas sem semente do mercado, como a Victória, não oferecem", disse Eduardo Alvarez, gestor de Agronegócio, Abastecimento e Turismo.

As variedades estão no sítio do produtor Anderson Tomasetto, no bairro Traviú. Todas as mutações surgiram espontaneamente. Ao todo, serão colhidas nove variedades da Uva Niagara, como a Niagara Branca (original) e a Niagara Rosada, que são amplamente conhecidas do público, mas também mutações que só existem em Jundiaí, como a Niagara Rosada Gigante, Niagara Rosada Oval, Niagara Branca Oval, Niagara Branca Gigante, Niagara Rajada ou Mesclada, Niagara Rosada Steck e a Niagara Rosada sem sementes. O produtor também é parceiro do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) no desenvolvimento dessas variedades, principalmente a Niagara sem semente."A variedade Steck, por exemplo, que tem uma cor parecida com cobre, não era vista dando frutos desde os anos 1950. Com essa produção, conseguimos preservar a história de uvas que surgiram aqui em Jundiaí. E, também, mandar para o mercado uma variedade que é tendência, que são as uvas sem semente", reforça o produtor.

São apenas seis pés da Uva Niagara Rosada sem semente. "Nosso objetivo é levar alguns desses cachos à Festa da Uva do ano que vem para os consumidores conhecerem. Com os anos e a expertise, conseguiremos ampliar a produção", reforça Anderson.

A Uva Niagara Rosada de Jundiahy surgiu em 1933, quando uma mutação somática (da Niagara Branca) deu origem a ela no sítio do Comendador Antonio Carbonari, que dá nome ao Parque da Uva.

Notícias Agrícolas

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	25.965	6.612	33.123	11.455
Contas a receber de clientes	130.624	75.414	70.916	78.743
Estoques	102.886	209.160	165.040	219.176
Tributos a recuperar	71.462	39.411	76.478	39.572
Outros ativos	95.143	10.034	6.618	9.984
Total do ativo circulante	**426.080**	**340.631**	**352.175**	**358.930**
Não circulante				
Contas a receber de controladas	-	11.982	-	-
Tributos a recuperar LP	153.975	252.965	154.115	253.017
Depósitos judiciais	14.614	19.697	14.614	19.697
Outros ativos	2.291		2.409	
	170.880	**284.644**	**171.138**	**272.714**
Investimento	14.889	27.897	-	-
Imobilizado	36.556	151.832	141.457	180.918
Intangível	76.921	110.461	76.947	110.497
Direito de uso	223.811	349.845	327.704	362.988
Total do ativo não circulante	**352.177**	**640.035**	**546.108**	**654.403**
Total do ativo	**949.137**	**1.265.310**	**1.069.421**	**1.286.047**
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Circulante				
Fornecedores	131.940	189.144	131.977	189.145
Empréstimos e financiamentos	-	202.078	-	202.078
Salários e encargos sociais	19.202	49.576	30.721	51.067
Tributos a recolher	94.209	58.708	99.934	60.583
IRPJ e CSLL - parcelamento	1.196	1.123	1.196	1.123
Compras de imobilizado a pagar	356	3.046	644	3.046
Adiantamento a clientes	16.462	49.603	25.607	51.587
Passivo de arrendamento	51.556	124.386	80.001	131.115
Resgates de outorgas a pagar	-	13.986	-	13.986
Outras contas a pagar	32.627	68.007	40.296	68.571
Total passivo circulante	**347.548**	**759.657**	**410.376**	**772.301**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	364.149	108.333	364.149	108.333
Contas a pagar com partes relacionadas	160.206	48.650	160.206	48.650
Contas a pagar controladas	43.932	-	-	-
Tributos a recolher	12.561	-	22.299	-
Resgates de outorgas a pagar	-	4.111	-	4.111
Outras contas a pagar	61.509	-	61.509	-
IRPJ e CSLL - parcelamento	4.566	5.383	4.566	5.383
Passivo de arrendamento	223.637	280.072	315.287	288.165
Provisão para demandas judiciais	23.285	29.441	23.285	29.441
IRPJ e CSLL - diferidos	55.821	55.821	55.821	55.821
Total do passivo não circulante	**949.666**	**531.811**	**1.007.122**	**539.904**
Total do passivo	**1.297.214**	**1.291.468**	**1.417.498**	**1.312.205**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	238.971	238.971	238.971	238.971
Reserva de capital	13.974	13.974	13.974	13.974
Reserva de plano de opções de compra de ações	4.656	3.915	4.656	3.915
Ajuste de avaliação patrimonial	6.837	6.837	6.837	6.837
Prejuízos acumulados	(612.515)	(289.855)	(612.515)	(289.855)
Total do patrimonio liquido (passivo a descoberto)	**(348.077)**	**(26.158)**	**(348.077)**	**(26.158)**
Total do passivo e do passivo a descoberto	**949.137**	**1.265.310**	**1.069.421**	**1.286.047**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita, líquida	992.175	1.270.765	1.079.042	1.274.112
Custo dos produtos vendidos	(465.415)	(639.304)	(489.685)	(640.279)
Lucro bruto	**526.760**	**631.461**	**589.357**	**633.833**
Despesas operacionais				
Com vendas	(238.111)	(524.664)	(410.608)	(527.529)
Gerais e administrativas	(226.968)	(303.622)	(263.558)	(303.285)
Equivalência patrimonial	(167.629)	(4.746)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(75.082)	42.586	(70.683)	38.131
	(707.790)	**(790.446)**	**(744.849)**	**(792.683)**
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos	**(181.030)**	**(158.985)**	**(155.492)**	**(158.850)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	15.709	36.887	15.721	37.098
Despesas financeiras	(157.339)	(156.448)	(182.889)	(156.657)
	(141.630)	**(119.561)**	**(167.168)**	**(119.559)**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(322.660)**	**(278.546)**	**(322.660)**	**(278.409)**
IRPJ e CSLL - corrente	-	-	-	(7)
IRPJ e CSLL - diferido	-	(182.213)	-	(182.343)
	-	**(182.213)**	**-**	**(182.350)**
Prejuízo do exercício	**(322.660)**	**(460.759)**	**(322.660)**	**(460.759)**
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R$			(1,20)	(1,71)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	**(322.660)**	**(460.759)**	**(322.660)**	**(460.759)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(322.660)**	**(460.759)**	**(322.660)**	**(460.759)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva de investimentos	Reserva de plano de opções de compra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados (Prejuízo)	Total
Saldos em 31/12/2021	**238.971**	**13.974**	**18.126**	**23.337**	**121.535**	**16.342**	**6.837**	**-**	**439.122**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(460.759)	**(460.759)**
Absorção de prejuizos	-	-	(18.126)	(23.337)	(129.441)	-	-	170.904	**-**
Opções Outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	-	5.227	-	-	**5.227**
Opções Canceladas	-	-	-	-	-	(17.654)	-	-	**(17.654)**
Dividendos e JSCP	-	-	-	-	7.906	-	-	-	**7.906**
Saldos em 31/12/2022	**238.971**	**13.974**	**-**	**-**	**-**	**3.915**	**6.837**	**(289.855)**	**(26.158)**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(322.660)	**(322.660)**
Opções Outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	-	741	-	-	**741**
Saldos em 31/12/2023	**238.971**	**13.974**	**-**	**-**	**-**	**4.656**	**6.837**	**(612.515)**	**(348.077)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(322.660)**	**(278.546)**	**(322.660)**	**(278.409)**
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	47.323	67.353	58.492	70.654
Amortização direito de uso - arrendamento	55.721	84.947	82.634	85.420
Perda na alienação/baixa de imobilizado	10.169	5.383	10.179	5.384
Baixa por *impairment* - imobilizado/intangível	30.807	40.245	30.807	45.024
Baixa de arrendamento por impairment	-	(4.747)	-	(5.077)
Provisão para demandas judiciais	13.916	6.816	13.916	6.816
Provisão com perda de realização de estoques	(18.676)	(38.780)	(9.316)	(38.364)
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa	312	89	313	89
Equivalencia patrimonial	167.629	4.746	-	-
Pagamento baseado em ações	741	(12.427)	741	(12.427)
Juros e variação cambial sobre empréstimos com acionistas	4.660		4.660	
Atualização monetária sobre ganhos tributários	-	(20.909)	-	(20.909)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas	67.144	55.886	67.144	55.886
Juros sobre arrendamentos	38.449	55.097	50.442	55.284
	95.535	**(34.847)**	**(12.648)**	**(30.629)**
(Aumento)/reduções dos ativos operacionais				
Contas a receber	(55.523)	124.641	7.514	121.312
Estoques	57.149	49.294	63.452	48.997
Contas a receber de controladas	11.982	4.316	-	-
Tributos a recuperar	66.939	21.107	61.996	20.947
Depósitos judiciais	(10.179)	149	(10.179)	149
Outros ativos	(87.400)	369	957	815
Aumentos/reduções dos passivos operacionais				
Fornecedores	(57.204)	34.831	(57.168)	34.832
Salários e encargos sociais	(30.374)	(2.211)	(20.346)	(720)
Tributos a recolher	48.061	43.987	61.650	45.110
Demandas judiciais	(4.810)	(5.915)	(4.810)	(5.915)
IR/CS pagos	(744)	(495)	(744)	(495)
Outros passivos	2.571	24.711	(19.635)	29.216
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**36.003**	**259.937**	**70.039**	**263.619**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(26.304)	(96.644)	(26.466)	(96.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(26.304)**	**(96.644)**	**(26.466)**	**(96.644)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos	100.000	-	100.000	-
Pagamento de empréstimos – principal	-	(53.333)	-	(53.333)
Pagamento de empréstimos – juros	(121)	(44.466)	(121)	(44.466)
Pagamento de passivos com arrendamentos - principal e juros	(90.225)	(134.875)	(121.784)	(135.483)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**9.654**	**(232.674)**	**(21.905)**	**(233.282)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.353**	**(69.381)**	**21.668**	**(66.307)**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	6.612	75.993	11.455	77.762
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	25.965	6.612	33.123	11.455
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.353**	**(69.381)**	**21.668**	**(66.307)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas	**1.235.392**	**1.628.628**	**1.346.327**	**1.632.862**
Vendas de mercadorias e serviços	1.236.726	1.628.717	1.347.903	1.632.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.334)	(89)	(1.576)	(89)
Insumos adquiridos de terceiros	**(619.327)**	**(825.357)**	**(670.438)**	**(826.349)**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(465.447)	(639.304)	(489.717)	(640.279)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(84.470)	(101.941)	(109.391)	(101.958)
Fretes	(69.410)	(84.112)	(71.330)	(84.112)
Valor adicionado bruto	**616.065**	**803.271**	**675.889**	**806.513**
Depreciação e amortização	(98.576)	(152.300)	(136.525)	(156.074)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**517.489**	**650.971**	**539.364**	**650.439**
Valor adicionado recebido em transferência	**(233.339)**	**16.220**	**(60.398)**	**19.908**
Receitas financeiras	5.103	36.887	5.114	37.098
Equivalencia patrimonial	(167.629)	(4.746)	-	-
Outras	(70.813)	(15.921)	(65.512)	(17.190)
Valor total adicionado a distribuir	**284.150**	**667.191**	**478.966**	**670.347**
Pessoal	**(128.557)**	**(234.913)**	**(188.115)**	**(235.957)**
Remuneração direta	(85.919)	(182.071)	(132.265)	(182.844)
Benefícios	(33.363)	(51.015)	(41.998)	(51.222)
FGTS	(8.534)	(14.254)	(13.111)	(14.318)
Plano de pagamentos baseados em ações	(741)	12.427	(741)	12.427
Impostos, taxas e contribuições	**(270.640)**	**(586.898)**	**(312.188)**	**(588.227)**
Federais	(116.692)	(327.526)	(97.461)	(327.893)
Estaduais	(148.305)	(248.683)	(202.428)	(249.536)
Municipais	(5.643)	(10.689)	(12.299)	(10.798)
Remuneração de capitais de terceiros	**(207.613)**	**(306.139)**	**(301.323)**	**(306.922)**
Juros	(135.295)	(152.873)	(161.550)	(153.073)
Aluguéis	(59.873)	(121.250)	(115.616)	(121.681)
Outros	(1.030)	(2.838)	(2.013)	(2.850)
Despesas com cobranças	(11.415)	(29.178)	(22.144)	(29.318)
Remuneração de capitais próprios	**322.660**	**460.759**	**322.660**	**460.759**
Constituição de reservas de lucros	322.660	460.759	322.660	460.759
Distribuição do valor adicionado	**(284.150)**	**(667.191)**	**(478.966)**	**(670.347)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31/12/2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Estok Comércio e Representações S.A. ("Controladora") tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. A Estok Comércio e Representações S.A. e sua controlada doravante serão referidas como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. A Companhia, constituída em outubro de 1977, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Av. Jose Cesar de Oliveira, nº 21, Vila Leopoldina – SP, e tem como controlador final o gestor de fundos de investimento Carlyle Group. A Estok Distribuidora e Serviços S.A. ("Controlada") possui sua sede localizada em Extrema-MG e atua preponderantemente como comercio e varejo de moveis, utensílios e decoração. Em 31/12/2023 a Companhia atuou com 50 lojas próprias e 1 centro de distribuição localizado na cidade de Extrema – MG. A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo conselho de administração em 22/05/2024. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, exceto quando da existência de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. **2.1.1. Continuidade operacional**: Em 31/12/2023, a companhia apresentou um prejuízo de R$ 322.660 (prejuízo de R$ 460.759 em 31/12/2022) e um passivo à descoberto de R$ 348.077 (R$ 26.158 em 31/12/2022). Em 31/12/2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo em R$ 58.201 (em 31/12/2022 apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo de R$ 413.371). Como parte do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. A Companhia ressalta ainda que continua implementando o plano de reestruturação de suas operações, que consiste na preservação da liquidez (medida por meio da posição de caixa, acrescido do saldo de contas a receber de cartão de crédito), e possui como alavancas principais: **(i)** Retenção de equipe-chave e retomada da operação básica principal; **(ii)** Redução de custos e despesas, sobretudo despesas de pessoal e fechamento de lojas não lucrativas; **(iii)** Renegociações com fornecedores diretos e indiretos, otimizando valores contratuais e aumentando prazo de pagamento; **(iv)** Normalização dos níveis e da qualidade do estoque; **(v)** Reperfilamento dos passivos financeiros e capitalização por meio de nova linha de crédito realizada com o controlador. **Preservação da liquidez e do caixa da Companhia**: A Companhia adotou ações para minimizar a exposição do caixa de curto prazo, incluindo, mas não se limitando a renegociação de prazos de pagamentos junto a fornecedores indiretos, revisão da necessidade de gastos futuros e antecipação de recebíveis de contas a receber suficientes para manter um saldo livre seguro para as operações cotidianas e de curto prazo. **Reestabelecimento dos processos básicos principais da operação**: A Companhia revisou os objetivos de curto prazo alinhados a estratégia de caixa e buscou oportunidades de melhorias de processos internos. Readequou os prazos de abastecimentos operacionais, minimizou rupturas, quebras e sinistros de mercadorias, e otimizou a sinergia entre as áreas. **Revisão das operações de lojas**: A Companhia realizou o encerramento de 17 lojas não rentáveis ao longo do primeiro semestre de 2023 seguindo as diretrizes e fases do projeto para reestruturar o *footprint* de lojas. **Revisão do sortimento de estoques**: A Companhia revisou o sortimento dos seus estoques e realizou ações promocionais de vendas de estoques com o giro lento, assim como revisitou a sua política de compras buscando um cronograma de abastecimento de loja mais eficiente. Nas lojas, voltou a distribuir as mercadorias e expor a marca como fazia originalmente e com sucesso desde a sua fundação. **Revisão dos investimentos e projetos de desenvolvimento interno**: Após períodos de investimento intenso em projetos de tecnologia, a Companhia revisou o cronograma de entregas e priorizou projetos com os melhores retornos e ligados ao momento de equilíbrio financeiro. **Reestruturação do endividamento**: A Companhia concluiu com sucesso a rodada de renegociações com seus credores financeiros, que concederam períodos de carência e estenderam o prazo de liquidação dos empréstimos. Esses aditivos trouxeram a liquidez necessária para a condução normal dos negócios no curto prazo, e permitiram que os recursos gerados na operação fossem reinvestidos exclusivamente na própria operação. **Empréstimos junto aos acionistas**: Ainda tratando de linhas de crédito para capital de giro, no primeiro semestre de 2023 a Companhia recebeu um aporte significativo de seus investidores, em forma de empréstimo de longo prazo, demonstrando ao mercado a confiança no plano de negócios vigente. A Companhia entende que a manutenção das ações anteriormente destacadas é fundamental para o sucesso do plano de reestruturação financeira em andamento. A administração entende que a situação econômico-financeira da companhia está sob controle com prognóstico positivo nos próximos anos, com melhoras já alcançadas em 2024. Sendo assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade operacional. **2.2. Moeda funcional e de apresentação**: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas podem não perfazer precisamente os totais apresentados. **2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** : As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos nos empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração do Fluxo de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **2.4. Classificação circulante versus não circulante**: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.5. Segmento operacional**: A Companhia possui um único segmento operacional, varejo, que é utilizado pelo conselho de administração e diretoria para fins de análises e tomadas de decisões.

A DIRETORIA

Luciano Ribeiro Escobar e **André Luis Reis Dima Domingos -** Diretoria Estatutária
Tales Moreira de Oliveira – Contador – CRC-1SP 306.829/O-1

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Publicidade Legal

Brasia Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 23.541.066/0001-94 – NIRE 35.300.483.791

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de abril de 2024

No dia 01/04/2024 às 11hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações: (I)** Ratificar a nomeação da Empresa Avaliadora, como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, declara: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia ou da Incorporadora; (ii) não ter conhecimento de conflito de interesses, direto ou indireto; e (iii) que a Companhia e a Incorporadora, seus controladores, sócios, acionistas ou administradores, de nenhuma forma: (a) limitaram, influenciaram ou praticaram quaisquer atos que tenham comprometido o acesso, a utilização das informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho, (b) restringiram a capacidade da Empresa Avaliadora de determinar as conclusões apresentadas de forma independente, ou (c) determinaram as metodologias utilizadas para a elaboração do Laudo de Avaliação do valor do patrimônio líquido da Companhia a ser incorporado pela Incorporadora. **(II)** Aprovar o Laudo de Avaliação. Consignar que o patrimônio líquido da Companhia foi avaliado pela Empresa Avaliadora pelo critério contábil. **(III)** Após análise do Laudo de Avaliação, o acionista resolve aprovar o Protocolo de Incorporação. **(IV)** Aprovar a Incorporação da Companhia pela Incorporadora, com a versão do patrimônio líquido da Companhia para a Incorporadora, no montante de R$ 56.115.459,60, e com o consequente aumento do capital social da Incorporada em tal valor. O único sócio da Companhia, Barzel BLP Fundo de Investimento Imobiliário, CNPJ/MF nº 41.978.168/0001-53, passará a ser o único sócio da Incorporadora após a aprovação da Incorporação. Consignar que não são aplicáveis à Incorporação a avaliação do patrimônio líquido da Companhia para fins de comparação para a relação de substituição, tendo em vista a inexistência de acionistas minoritários que possam ser afetados pela incorporação. Consignar que a atual acionista da Companhia não fará jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Incorporação. Consignar que as atividades exercidas pela Companhia em seus estabelecimentos comerciais passarão a ser exploradas, sem solução de continuidade, pela Incorporadora. Consignar que as variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Companhia que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva Incorporação, serão absorvidas pela Incorporadora. **(V) Destituir a Administração**. Aprovar a destituição dos administradores da Companhia, a saber (i) o Sr. Nessim Daniel Sarfati, do cargo de Diretor Presidente, e (ii) o Sr. Luís Carlos Martins Ferreira, do cargo de Diretor sem designação especifica. A destituição dos administradores produzirá efeitos somente após praticados todos os atos necessários à efetivação da Incorporação. **(VI) Extinção e Sucessão de Obrigações**. A Companhia é neste ato extinta e a Incorporadora sucederá a Companhia, diretamente, em todos os seus direitos e obrigações. **(VII) Autorização à Administração**. Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, e a consequente extinção da Companhia. Nada mais. JUCESP registro nº **195.435/24-2** em sessão de **06/05/2024**. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A.

CNPJ/MF nº 12.990.881/0001-14 – NIRE 35300418522

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, o Diretor Presidente da **Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Bocaína, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Cândida, s/n, Zona Rural, CEP 17.240-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.990.881/0001-14 ("Companhia") convoca os Srs. acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada de forma exclusivamente digital, em 31 de maio de 2024, às 15 (quinze) horas, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a consignação da renúncia da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração dos cargos da Diretoria e a extensão do mandato da Diretoria para 3 (três) anos; (iii) a eleição de nova Diretoria; (iv) a alteração do exercício social da Companhia; (v) a alteração do endereço da sede da Companhia; (vi) a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme versão disponibilizada na sede da Companhia; (vii) a autorização para lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76 ("LSA"); e (viii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da assembleia geral, incluindo, sem limitação, a assinatura de todos os documentos necessários à efetivação das deliberações acima. Disposições gerais: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações a serem tomadas na referida Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem por meio da referida plataforma. Para tomar parte e votar na Assembleia, o acionista deve provar sua qualidade como tal, apresentando, em até 02 (dois) dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral Extraordinária, seus documentos de representação pertinentes. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser encaminhados aos cuidados de Isis Paula Cerinotti Malhães, ao e-mail "isis.malhaes@elera.com" com o assunto "AGE 31/05/2024", sendo que o *link* da Assembleia será enviado pela administração da Companhia em resposta ao referido e-mail com até 1 (uma) hora de antecedência da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma que não estejam sob controle da Companhia. Os acionistas representados por procuradores deverão encaminhar os respectivos instrumentos de mandato e de representação, sendo que os outorgados deverão preencher os requisitos constantes no Art. 126, § 1º da LSA. Bocaina/SP, 23 de maio de 2024. ***Fernando Mano da Silva*** – *Diretor Presidente*. (23, 24 e 25/05/2024)

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024

Data, Hora e Local: No dia 08 de maio de 2024, às 11:00 (onze horas), na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**" ou "**GPS**"). **Presenças:** Presentes os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia ("**CA-GPS**"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do CA-GPS, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do CA-GPS. Presentes ainda, o Conselheiro Titular, senhor Marcos Luiz Abreu de Lima e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, ambos na sede social da Companhia. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: I – PD.CA_GPS-014-2024**: análise, deliberação e aprovação de proposta de retificação do limite contratado para a emissão de apólices e endossos de seguro-garantia a ser utilizado pela GPS em processos judiciais, conforme aprovado pela Ezze Seguradora S.A. ("Ezze") em 18 de março de 2024, no âmbito do Instrumento Particular de Contragarantia celebrado entre a Ezze e a GPS em 19 de abril de 2021. **Discussões e Deliberações:** iniciada a Reunião para análise e discussão da matéria constante da **PD.CA-GPS-014-2024**, após discussões e esclarecimentos, os Conselheiros decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a proposta de retificação do limite contratado para a emissão de apólices e endossos de seguro-garantia a ser utilizado pela GPS em processos judiciais, de R$ 160.000.000 (cento e sessenta milhões de reais) para R$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais) à título de sublimite judicial, dentro do limite aprovado de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com efeitos retroativos a 18 de março de 2024, data em que ocorreu a aprovação pela Ezze dos novos limites, conforme informações disponibilizadas aos Senhores Conselheiros no Portal do CA-GPS. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinaturas. São Paulo, 08 de maio de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões; e Fernanda Didier Nascimento Pedreira. *(confere com o original lavrado em livro próprio).* **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/MF nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 03/05/2024, às 10:00 horas, na sede da "Companhia", na Cidade de Santo André-SP, na Rua da Catequese, nº 227, 8º andar, sala 84, Bairro Jardim. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Publicações:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023 foram publicadas no jornal Data Mercantil, em 28/03/2024, na página 05, de forma resumida, na versão impressa e na página 45, na versão digital, bem como se encontram arquivadas na sede da Companhia. **4. Mesa:** Sr. Fabio Martinelli Godinho – Presidente; Sra. Jéssica Soliguetti Vicente – Secretária. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** A única acionista, tomou as seguintes deliberações: **5.1.** Realizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **5.3.** Consignar que no exercício social encerrado em 31/12/2023, a Companhia registrou prejuízo no valor de R$ 61.301.379,18, o qual deverá ser destinado à conta de prejuízos acumulados, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos. **5.4.** Consignar a renúncia do Sr. **José Carlos Wollenweber Filho**, RG nº 24.469.620-2, SSP/SP e CPF nº 263.420.548-19, ao cargo de Diretor Financeiro. **5.5.** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição da Diretoria da Companhia e eleger os seus seguintes membros para compô-la, todos com um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que examinará as contas do exercício social encerrado em 31/12/2025: (i) **Fabio Martinelli Godinho**, RG nº 25.436.270-9, SSP/SP e CPF nº 252.303.238-41, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) **Felipe Pinto Gomes**, RG nº MG 11.068.038, SSP/MG e CPF nº 043.074.726-83, para o cargo de Diretor Financeiro; e (iii) **Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, RG nº 32182201-2, SSP/SP e CPF nº 297.231.228-71, para o cargo de Diretora sem designação específica. Consigna-se que os Diretores ora eleitos tomam posse do cargo na presente data, mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo declarado, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **5.6.** Em razão da eleição acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: **(i) Diretor Presidente – Fabio Martinelli Godinho**, RG nº 25.436.270-9, SSP/SP e CPF nº 252.303.238-41; **(ii) Diretor Financeiro – Felipe Pinto Gomes**, RG nº MG 11.068.038, SSP/MG e CPF nº 043.074.726-83; e **(iii) Diretora Sem Designação Específica – Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, RG nº 32182201-2, SSP/SP e CPF nº 297.231.228-71. **5.7.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme consta do Anexo I à presente ata. **5.8.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, aprovada pela sócia única da Companhia, foi assinada pelos respectivos representantes. Santo André, 03/05/2024. **Mesa: Fabio Martinelli Godinho –** Presidente; **Jéssica Soliguetti Vicente** – Secretária. **Acionista Presente: CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A..** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 205.532/24-0 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BFG Par Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 40.037.767/0001-00

Edital de Convocação da Reunião de Sócios

Pelo presente Edital de Convocação, Freman Participações Ltda, sócia da **BFG Par Investimentos e Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede nesta Capital, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, conjunto 151, Cidade Monções, CNPJ nº 40.037.767/0001-00, com seus atos societários regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35236642684 ("Sociedade"), nos termos do §3º do Artigo 1.152, da Lei 10.406 de 10/01/2002 ("Código Civil"), neste ato, representada pelo administrador da Sociedade, Sr. Frederico Guilherme de Moura Barbosa, **convoca** todos os sócios da Sociedade, nos termos da cláusula nona e décima segunda do contrato social, a se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na Rua Fidêncio Ramos, n° 308, 2º andar, Torre A, Vila Olimpia, em SP/SP, em **03/06/2024**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às **14:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i)** excluir a sócia GIM Par Participações Ltda., do quadro societário da Sociedade, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil e cláusula décima segunda, parágrafo segundo do contrato social da Sociedade; e **(ii)** consolidar o contrato social da Sociedade. São Paulo, 22/05/2024. **Freman Participações Ltda.** *Por Frederico Guilherme de Moura Barbosa.* ***(24, 27 e 28/05/2024)***

B&F Dias Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 57.909.806/0001-14 – NIRE 35.300.616.979

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2024

Data, Horário e Local: aos 22/04/2024, às 10:00 horas, na sede da sociedade por ações com sede no Município de Vinhedo-SP, na Rua José Rezende de Meirelles nº 3.895, Distrito Industrial Benedito Storani. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Bruno Dinamarco Lima Dias, Presidente; e Sr. Felipe Dinamarco Lima Dias, Secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre **(a)** a possibilidade de modificação do endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição e/ou escritórios, no Brasil ou no exterior, da Companhia, por deliberação da Diretoria; e **(b)** a alteração do objeto social da Companhia, a fim de incluir a prestação de serviços de colocação de mão-de-obra em empresas clientes (CNAE 7830-2/00). **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **(a)** acrescentar a possibilidade da Companhia, por deliberação da Diretoria, modificar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição e/ou escritórios, no Brasil ou no exterior. Em virtude de tal deliberação, a redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar conforme segue: ***"Artigo 2º.*** *A Companhia tem sede e foro no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua José Rezende de Meirelles nº 3895, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-130.* ***Parágrafo Único.*** *Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir e/ou encerrar filiais, agências, depósitos, centros de distribuição e/ou escritórios no Brasil ou no exterior, bem como alterar o seu endereço."* **(b)** alterar o objeto social da Companhia, a fim de incluir a prestação de serviços de colocação de mão-de-obra em empresas clientes (CNAE 7830-2/00). Em virtude de tal deliberação, a redação do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar conforme segue: ***"Artigo 3º.*** *A Companhia tem por objeto:* ***(i)*** *a industrialização comércio, importação e exportação de produtos mecânicos, equipamentos e sistemas para tratamento de água, efluentes líquidos e gasosos e resíduos sólidos;* ***(ii)*** *a prestação de serviços de engenharia civil e ambiental;* ***(iii)*** *a montagem e assistência técnica de equipamentos e sistemas para tratamento de água e efluentes;* ***(iv)*** *a execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, obras hidráulicas e de saneamento;* ***(v)*** *a operação, manutenção, administração de projetos, obras e serviços de captação, adução, tratamento e distribuição de água Potável e industrial;* ***(vi)*** *a elaboração de projetos, obras e serviços de coleta tratamento de efluentes líquidos municipais e industriais;* ***(vii)*** *a prestação de serviços em geral;* ***(viii)*** *a locação de materiais e equipamentos de sua fabricação ou por terceiros;* ***(ix)*** *a manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras;* ***(x)*** *a manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos;* ***(xi)*** *a instalação de máquinas e equipamentos industriais;* ***(xii)*** *a realização de atividades profissionais, cientificas e técnicas;* ***(xiii)*** *a realização de atividades de serviços pessoais;* ***(xiv)*** *a realização de serviços de engenharia;* ***(xv)*** *a realização de obras de montagem industrial;* ***(xvi)*** *a realização de instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; e* ***(xvii)*** *os serviços de colocação de mão-de-obra em empresas clientes."* **Esclarecimentos:** o Presidente da Mesa esclareceu que a ata desta Assembleia Geral Extraordinária será lavrada na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e que será publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das S.A. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa: Bruno Dinamarco Lima Dias** – Presidente; **Felipe Dinamarco Lima Dias** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 199.192/24-8 em 10/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4796
Dólar (EUA) - 5,1443
Franco (Suíça) - 5,6271
Iene (Japão) - 0,03276
Libra (Inglaterra) - 6,543
Peso (Argentina) - 0,00578
Peso (Chile) - 0,00567
Peso (México) - 0,3079
Peso (Uruguai) - 0,1337
Yuan (China) - 0,7103
Rublo (Rússia) - 0,05702
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5702

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1437 / R$ 5,1443 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1509 / R$ 5,1529 *
Turismo - R$ 5,1731 / R$ 5,3531
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,03%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,73%
Pontos: 124.729
Volume financeiro: R$ 22,084 bilhões
Maiores altas: Suzano ON (3,68%), CVC ON (2,50%), Renner ON (2,21%)
Maiores baixas: MRV ON (-4,79%), Carrefour ON (-4,50%), Magazine Luiza ON (-3,40%)
S&P 500 (Nova York): -0,74%
Dow Jones (Nova York): -1,53%
Nasdaq (Nova York): -0,39%
CAC 40 (Paris): 0,13%
Dax 30 (Frankfurt): 0,06%
Financial 100 (Londres): -0,37%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,26%
Hang Seng (Hong Kong): -1,7%
Shanghai Composite (Xangai): -1,33%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,16%
Merval (Buenos Aires): -3,14%
IPC (México): -0,91%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%

Negócios

DuPont vai se dividir em três empresas

A DuPont planeja se dividir em três empresas de capital aberto, juntando-se a uma lista de conglomerados industriais que buscam aumentar os retornos por meio da divisão em negócios menores e mais focados.

A empresa anunciou na quarta-feira (22) que vai separar suas unidades de eletrônicos e de soluções hídricas por meio de transações isentas de impostos. As operações restantes serão focadas em indústrias como biofarmacêutica e dispositivos médicos, com produtos como Tyvek e Kevlar.

O CEO Ed Breen, que retornou ao cargo em 2020, deixará o posto em 1º de junho, disse a empresa. Ele vai manter o cargo de presidente executivo da empresa restante, enquanto a diretora financeira Lori Koch assume o cargo de CEO.

A divisão dará a cada nova empresa "maior flexibilidade para seguir suas próprias estratégias de crescimento, incluindo fusões e aquisições para aprimoramento de portfólio", disse Breen no comunicado.

A separação dá continuidade à longa história de negociações e remodelação de portfólio da DuPont. Há cerca de uma década, a empresa concordou em se fundir com a Dow Chemical e posteriormente desmembrar alguns negócios. A DuPont recentemente também tem explorado desinvestimentos. No ano passado, ela concordou em vender o controle acionário da Delrin por US$ 1,8 bilhão.

As ações da DuPont subiram 4,8% no pregão estendido às 17h04, em Nova York. As ações subiram cerca de 2% este ano até o fechamento de quarta-feira, dando à empresa um valor de mercado de cerca de US$ 33 bilhões.

Breen planejou anteriormente várias separações enquanto CEO da Tyco International: um acordo de 2007 que criou a TE Connectivity e a Covidien, e um acordo posterior para dividir a empresa restante em três negócios.

O anúncio segue uma série de ícones corporativos que se separaram nos últimos anos em tentativas de criar valor para acionistas como Johnson & Johnson, United Technologies e Danaher.

Bloomberg

Oncoclínicas aprova aumento de capital de R$ 1,5 bilhão

A Oncoclínicas (ONCO3) aprovou um aumento de capital de R$ 1,5 bilhão, de acordo com comunicado da companhia na quarta-feira (22). O Banco Master será responsável pelo aporte de R$ 1 bilhão, e o acionista e CEO da Oncoclínicas, Bruno Lemos Ferrari, deve injetar os R$ 500 milhões restantes.

A operação visa, segundo a companhia, consolidar sua posição financeira e fortalecer a sua estratégia de crescimento.

O aumento de capital será feito por meio da emissão de 115,4 mil novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As condições para o aumento de capital incluem a emissão das novas ações ao preço de R$ 13,00, o que representa um ágio de 89% em comparação à média das cotações das ações da empresa nos últimos 30 dias.

"Com a emissão, a Oncoclínicas&Co fortalece a estrutura de capital, reduzindo a alavancagem e aumentando sua liquidez para suportar seu modelo de negócio focado no aumento do acesso, ganho de escala e otimização de custos no tratamento oncológico", ressalta a empresa em comunicado.

Para que os fundos do Banco Master aportem R$ 1 bilhão na empresa, o Goldman Sachs cedeu seu direito de preferência de aporte na empresa em caso de aumento de capital.

O Banco Master tem participação na Oncoclínicas por intermédio dos fundos Quíron Multiestratégia e o Tessália Multiestratégia. O Goldman Sachs tem participação por meio dos fundos Josephina Multiestratégia e Josephina II Multiestratégia.

"O aumento de capital reafirma a consistência do nosso modelo de gestão, visão do negócio e o compromisso de não medir esforços para vencer o câncer. A partir dessa operação, a Oncoclínicas&Co estará ainda mais preparada para suportar o aumento da demanda por tratamento oncológico, o maior desafio da saúde do nosso tempo, entregando cuidados de qualidade excepcionais com foco no paciente e seus familiares", apontou o CEO da companhia.

Infomoney

Para acelerar avanço, varejista de insumos Belagrícola passa a atuar com franquias

A Belagrícola, empresa com sede em Londrina (PR) que controla uma das maiores redes varejistas de insumos agrícolas de Paraná, Santa Catarina e São Paulo, deu início a um novo modelo de negócios para acelerar sua expansão nos Estados em que já está presente e em outras regiões do país. A empresa vai continuar investindo em crescimento orgânico e aquisições, como nos últimos anos, mas começou a atuar também como franqueadora, com foco inicial em polos do agro paulista.

Segundo Alberto Araújo, presidente da Belagrícola, até o fim de 2025 a expectativa é contar com entre 20 e 25 franqueados, capazes de agregar uma receita adicional total entre R$ 900 milhões e R$ 1 bilhão por ano. Em 2023, a receita líquida da companhia alcançou R$ 7,6 bilhões, dividia entre varejo de insumos, segmento em que conta com 52 lojas próprias, e negócios com grãos, com destaque para operações de barter (troca de insumos por colheitas futuras).

O primeiro franqueado abriu as portas na semana passada, no município de Herculândia (SP), após investir R$ 3 milhões em sua unidade. Para se tornar um Franqueado Empresa Belagrícola, o interessado paga uma taxa inicial de R$ 150 mil, se compromete a distribuir apenas os insumos do portfólio da empresa paranaense e paga royalties equivalentes a 4% do valor dos produtos que adquirir para depois comercializar. Outros dois franqueados deverão abrir suas lojas nas próximas semanas, na cidade de São Jorge do Ivaí (PR) e na região de Barretos (SP).

Walter Luis Rossi, gerente-executivo de Novos Canais da Belagrícola e executivo responsável por gerenciar as franquias, afirma que, entre as novas fronteiras que passarão a contar com a presença da companhia com o novo modelo de negócios estão Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. A estratégia contempla, ainda, a formação de um time de franqueados pessoas-física, que atuarão como representantes exclusivos de vendas sobretudo em regiões onde não houver lojas físicas.

Infomoney